

O primado da escrita¹

António Emiliano

ah.emiliano@fcsh.unl.pt

Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

RESUMO: O artigo aborda a questão do 'primado funcional' da língua escrita como chave para o correcto entendimento do estatuto e papel da escrita e da ortografia em sociedades complexas como a portuguesa. Argumenta-se que a manutenção do "paradigma aristotélico" impede esse correcto entendimento. Discute-se o problema da relação entre escrituralidade e oralidade. O estilo geral do artigo é ensaístico, apologético e "prelectivo", com utilização mínima de notas, citações e bibliografia de referência.

PALAVRAS-CHAVE: literacia, escrituralidade, ortografia, Grafemática

ABSTRACT: This article submits that the consideration of the 'functional primacy' of written language is the key to understanding the status and role of writing and spelling in complex societies. It argues that the persistence of the "Aristotelian paradigm" makes that understanding impossible. The issue of the relation between writing and orality is addressed. The general style of the paper is argumentative and lecturelike with a sparse use of footnotes, quotations and references.

KEYWORDS: literacy, written language, orthography, spelling, Graphemics

More than any other single invention, writing has transformed human consciousness.

(Ong 1982: 78)

Linguística - Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto - Vol. 4 - 2009, pp. 111-131

¹ Este texto parte, através de total e completa refundição, de um pequeno artigo de opinião publicado, com semelhante título na publicação electrónica luso-brasileira *Revista Autor* (<http://www.revistaautor.com/>) em 1/8/2008. O objectivo principal é o mesmo, argumentar o primado da escrita, embora no texto que aqui se apresenta os argumentos tenham sido significativamente aumentados e acrescentados e diversas secções de carácter opinativo e estilo polemista sobre o Acordo Ortográfico de 1990 tenham sido removidas. Também neste texto se incluem, muito modificados e compactados, alguns excertos de uma secção do Capítulo 1 do meu livro *Fonética do Português Europeu: Descrição e Transcrição* (Lisboa: Guimarães Editores, Guimarães Universitária 1, 2009), dedicada à língua escrita.

1 – Nota introdutória

Este artigo não versa sobre a reforma ortográfica que o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990* contém. No entanto, o *Acordo* e a controvérsia ortográfica que se tem desenrolado em Portugal desde 1986 nos *media* serviram de pretexto para as reflexões que seguem, dado que se tem lido e ouvido tanto de detractores como de promotores da nova ortografia portuguesa (alguns dos quais com formação universitária em Linguística) declarações que exprimem uma visão pouco informada ou actualizada do papel e estatuto da língua escrita em sociedades altamente textualizadas como a portuguesa. Muitos linguistas, e não apenas nacionais, persistem na afirmação da primazia da oralidade, referindo-se à língua escrita como se fosse um subproduto e como se a língua oral fosse a primordial e fundamental manifestação do saber linguístico dos falantes. No contexto da discussão em torno dos Acordos Ortográficos de 1986 e de 1990, por vezes conduzida de forma pouco rigorosa ou através posições que não relevam do plano linguístico, esse tipo de afirmações tem pretendido 1) mostrar que as mudanças introduzidas na língua portuguesa escrita são de pouca monta e 2) desacreditar cientificamente aqueles que se opõem a mudanças na ortografia de 1945/1973. Do lado dos opositores, tópicos como 1) a insistência nos estragos causados à língua e cultura portuguesas por causa da supressão das chamadas “consoantes mudas”, as quais materializariam a memória da origem latina da língua e o parentesco com outras línguas, ou 2) a oposição irreductível à reforma por razões de bairrismo nacionalista, também denotam fraca compreensão do que é uma ortografia no contexto alargado da comunicação linguística escrita. A ortografia nacional não é coisa de somenos importância, queira-se ou não alterá-la, pelo que vale a pena discuti-la em termos adequados, começando-se pelo *estatuto funcional da língua escrita* numa sociedade complexa como é a sociedade portuguesa contemporânea.

O longo parágrafo precedente serve apenas para mostrar como posições cientificamente pouco sólidas podem ser usadas para se debater uma reforma que terá, se/quando entrar em vigor, um impacto profundo na vida quotidiana de quem escreve em português europeu.

A perspectiva que se tem da escrita não é necessariamente, ou em todos os casos, uma questão do simples foro académico ou da especulação intelectual: pode ter efeitos reais e práticos na comunidade e no grafolecto da comunidade (a nível didáctico e a nível sistémico). Mas, porque este artigo não é, de facto, sobre o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*, as referências ao mesmo ficam por aqui.

2 – Primado funcional da escrita

A escrita é uma invenção, uma tecnologia (cujo uso depende de outras tecnologias):

Writing (and especially alphabetic writing) is a technology, calling for the use of tools and other equipment: styli or brushes or pens, carefully prepared surfaces such as paper, animal skins, strips of wood, as well as inks or paints, and much more. [...] By contrast with natural, oral speech, writing is completely artificial. There is no way to write 'naturally'.

(Ong 1982: 81-2)

A Humanidade falou durante muitas dezenas de milhares de anos antes de escrever. Os milénios que decorreram desde o surgimento dos primeiros sistemas de escrita são uma parcela ínfima da história da espécie humana. Historicamente, a fala precedeu a escrita e não vale a pena gastar mais espaço com o apuramento da factualidade desta proposição.

Também cada um de nós falou antes de escrever. A aquisição da linguagem resulta da exposição a enunciados orais e manifesta-se na produção de vocalizações e enunciados orais. Não há aqui também controvérsia possível.

A precedência onto- e filogenética da escrita relativamente à fala é facto assente, indiscutido e indiscutível.

O problema é apreciar-se a língua escrita apenas na dimensão linear da sua evolução ou aquisição, ignorando-se ou distorcendo-se a natureza da sua relação com a fala e, sobretudo, escamoteando a

sua dimensão funcional própria. Tal perspectiva limita muito, se não impede mesmo, uma abordagem adequada da comunicação escrita enquanto comunicação linguística.

É hoje consensual entre os especialistas que a escrituralidade 1) tem características substantivamente distintas da oralidade, as quais não resultam de, ou não se reduzem a, um putativo estatuto secundário ou subsidiário da escrita em relação à fala, e 2) não é uma transcrição da oralidade — na realidade, a escrita não é, nem pode ser, uma transcrição da fala, apesar de ser uma representação da língua. Sobre esta questão escreveu lapidariamente David Olson, naquela que é certamente uma das obras mais influentes das últimas décadas de investigação sobre língua escrita:

[...] writing is not the transcription of speech but rather provides a conceptual model for that speech. [...] Writing systems [...] do represent speech. But not in the way that is conventionally held. Writing systems create the categories in terms of which we become conscious of speech. [...] we introspect our languages along lines laid down by our scripts.

(Olson 1994: 89-90)

Esta perspectiva, absolutamente fundamental para o adequado estudo da língua escrita, e a que volto um pouco mais abaixo, inverte completamente os termos em que tradicionalmente se tem equacionado a relação entre escrita e fala e obriga a repensar a questão da “primazia” da língua oral sobre a escrita.

Se a escrita é uma tecnologia no seu aspecto material, uma coisa artificial cuja utilização depende de outras tecnologias e artefactos, como foi acima dito, é uma tecnologia radicalmente distinta de outras, pois possibilita a comunicação linguística através de um *medium* totalmente alheio à fala. É uma tecnologia de comunicação que, como proclamou Walter Ong, reestrutura a consciência e o pensamento. Ao fazê-lo, a escrita altera radicalmente a forma como uma língua é percebida pelos falantes alfabetizados, criando uma metalinguística (ou seja, possibilitando a introspecção linguística) e altera também a sociedade. Melhor: a escrita proporciona o surgimento

de modos novos de organização social assentes em relações e papéis sociais dependentes da prova escrita e da comunicação diferida.

Do ponto de vista do desenvolvimento do falante, a aprendizagem da escrita acarreta 1) aquisição (ou construção, como se preferir) de competências novas — as quais incluem, entre outras, a manipulação de instrumentos de escrita —, 2) estimulação de áreas do cérebro e estruturação sináptica que não são necessárias à “simples” aquisição da linguagem² e 3) despertar de consciência fonológica e lexical avançadas.

Este último aspecto é particularmente relevante para a compreensão do funcionamento dos sistemas de base alfabética, ditos imprópriamente “fonográficos”. É a aquisição da escrita que despoleta a consciência fonológica do indivíduo (muito reduzida à partida) e não o contrário. A própria noção de segmento, na qual assenta toda a análise linguística contemporânea, parece ser um resultado da escrita alfabética:

Our modes of thought are so strongly conditioned by our literate education that nothing seems more ‘natural’ than the apparently ‘real’ phonetic segments of speech, correlated as they manifestly are with the alphabetic symbols of the written language. Yet the view that such segmentation is mostly an imposed analysis, and not the outcome of discovering natural time-boundaries in the speech-continuum, is a view that deserves the strongest insistence.

(Laver 1994: 101)

Esta afirmação de um eminente foneticista não pode deixar de evocar uma proposição fundamental da investigação de Olson sobre a relação entre escrita e oralidade:

[...] because writing is ‘read’, it comes to be taken as a model for speech; whatever is represented in the script becomes an object of knowledge or awareness to the person literate in that script. Thus, to the alphabetically literate

² Como a investigação em Neurologia, Neurolinguística, Linguística Clínica e Psicolinguística tem vindo a mostrar, o domínio de um sistema de escrita resulta na activação de áreas do cérebro que, em falantes não alfabetizados, permanecem dormentes. Essa activação tem consequências cognitivas que ultrapassam o domínio e uso da língua escrita (mas não cabe aqui discutir essa interessantíssima questão).

person, speech is seen as composed of a string of phonemes represented by the letters of the alphabet.

(Olson 1994: 91)

Os dados e análise de vários estudos sobre o desenvolvimento da consciência fonológica durante a aprendizagem da lectoescrita, apresentados por Goswami & Bryant (1990), parecem sustentar de forma inequívoca esta asserção: a discriminação dos segmentos surge tarde no processo de aprendizagem da escrita e não parece desempenhar qualquer papel relevante nos primeiros estádios de leitura. Só em fase posterior e transitória as crianças desenvolvem e usam consistentemente estratégias de descodificação grafofonémica e, finalmente, quando atingem o estágio de leitores-escreventes fluentes, é a leitura holística (i.e. grafolexémica ou logográfica) que predomina. Se bem que este seja ainda tópico de discussão e investigação, diversos autores têm chegado a conclusões semelhantes em estudos sobre o processo de aprendizagem da escrita e da leitura em crianças em idade escolar de várias zonas do mundo ou sobre o processamento da escrita em indivíduos com perturbações da linguagem (escrita ou oral) ou com lesões cerebrais.

Porque a escrita foi uma invenção e é uma tecnologia, a língua escrita é adquirida de forma radicalmente distinta do processo natural de aquisição da linguagem, o qual tem lugar nos primeiros anos de vida do indivíduo (e em certos aspectos se inicia já *in utero*): a aquisição da língua escrita integra diversas aprendizagens de carácter perceptivo, cognitivo e motor, que nada têm a ver com a produção de fala.

Além disso, a literacia tem profundas implicações não só na integração social dos indivíduos, algumas das quais se destaca neste artigo, mas também na própria estruturação das comunidades, como já referi. Além disso, a escrita altera radicalmente também o estatuto das línguas nas comunidades em que se inscreve. Neste respeito, a existência de uma ortografia desempenha um papel fundamental: parte crucial da standardização e elaboração funcional de uma variedade linguística regional ou da textualização de uma língua nacional é o processo de formação, estabilização, difusão e imposição de uma ortografia.

Quando se estuda a escrita, seja numa perspectiva etológica, ecológica, antropológica ou linguística — e felizmente temos já décadas de saber acumulado sobre estas matérias, que muitos linguistas e especialistas em educação parecem ignorar — o que conta não é a sua dimensão histórica ou o seu carácter de “significante de segunda geração”, mas sim o seu *carácter funcional*.

Em termos simples, o estatuto que à escrita é atribuído numa sociedade altamente alfabetizada e textualizada — e, concomitantemente, o papel que ela desempenha numa sociedade desse tipo — é a real medida da sua importância. Do seu *primado*.

Se é indisputadamente certo que milhares de gerações de antepassados nossos falaram antes de haver sistemas de escrita e que todos falámos antes de saber escrever e ler, mais certo é que quando um falante aprende a escrever (bem) e a ler (bem) entra num ‘admirável mundo novo contruído com letras’ — aquilo que David Olson designou «the world on paper», expressão que dá, aliás, título a uma das suas mais conhecidas obras (Olson 1994).

O acesso ao ‘mundo vertido em papel’ pressupõe, como disse acima, alterações no cérebro e aquisição de capacidades motoras e cognitivas novas, seja para segurar num cálamo, numa pena ou num lápis, seja para “teclar” numa máquina de escrever, num computador ou num telemóvel, seja para reconhecer holisticamente padrões gráficomicos numa folha de papel ou num ecrã através de movimentos oculares rápidos e precisos. Entre um humano alfabetizado e um não alfabetizado há um fosso cognitivo abissal, sabe-se hoje.

A escrita é a ‘expansão externa da memória’ de cada um dos membros de uma comunidade alfabetizada e da comunidade inteira, como descreveu longa e detalhadamente Merlin Donald na sua obra fundamental *Origins of the Modern Mind*³ (Donald 1993): com a implantação da escrita e da literacia numa comunidade (mesmo que de

³ Trata-se de uma obra de referência que analisa o papel da escrita no desenvolvimento da mente humana, que foi assassinada numa inqualificável tradução portuguesa intitulada *Origens do Pensamento Moderno*, publicada incompreensivelmente pela Fundação Calouste Gulbenkian.

forma restrita), o acervo cultural (mítico, religioso, histórico, jurídico, tradicional, experiencial) da mesma já não tem que ser transmitido de boca a orelha de geração em geração, já não tem que ser constantemente aprendido e recriado no processo de memorização. Com a escrita, a memória da comunidade é virtualmente infinita e está sempre disponível, de forma fixa e imutável.

Esta dimensão da escrita, que a distingue irredutivelmente da fala (efémera e contingente por natureza), é a chave para a compreensão do real estatuto que àquela se deve atribuir no âmbito das disciplinas científicas que a ela se dedicam.

No seu tratado *Da Interpretação* (περί ἑρμηνείας), Aristóteles escreveu, nas considerações iniciais, que «as palavras faladas são símbolos da experiência mental e as palavras escritas são os símbolos das palavras faladas» e que «as experiências mentais que os sons da língua directamente simbolizam são idênticas para todos os homens, como são também aquelas coisas de que as experiências são imagens».

A perspectiva aristotélica condicionou, de forma negativa, o início da reflexão científica sobre a escrita no século XX. Ainda hoje subsiste esta visão simplista e datada do estatuto funcional e representacional da escrita, a qual impede uma abordagem conceptual e empiricamente adequada (e avançada) da escrita e dos seus problemas. Se queremos entender a escrita na sua especificidade estrutural, sistémica e funcional, temos necessariamente e definitivamente de abandonar o paradigma aristotélico. Se queremos compreender o que é e como “funciona”, de facto, uma ortografia, seja ela de base alfabética, silábica ou lexémica, é obrigatório e urgente abandonar a premissa aristotélica de que as formas escritas são simplesmente significantes de segunda geração ou de segundo grau.

3 – Nenhuma ortografia existe no vazio

A língua escrita não é, de facto, apenas um sistema simbólico de segunda ordem, como cria Aristóteles: a língua escrita, é, antes

de tudo, *língua*, e nenhuma tradição de escrita e nenhuma ortografia existe no vazio.

Muitos estudiosos da linguagem, nacionais e estrangeiros, alguns respeitáveis, ignoraram e ignoram que um enunciado escrito é, acima de tudo e antes de qualquer consideração, um *enunciado*, uma produção linguística. Reconheça-se e compreenda-se que diversos linguistas e filólogos trabalharam em época anterior ao desenvolvimento do estudo científico da escrita e que a sua concepção não fez mais do que reflectir o *status quaestionis* da sua época e o *Zeitgeist* vigente à data nos estudos linguísticos.

Os linguistas e filólogos da segunda metade do século XX e de inícios do século XXI (para não falar dos pedagogos e dos especialistas em didáctica e educação), esses, já não têm pretexto nem justificação para persistirem na visão aristotélica da escrita, a qual, posta a questão em termos chãos, nos conduz a um beco sem saída: se a escrita é simples subproduto ou representação da fala, então estude-se a fala e só a fala, porque tudo o que está na escrita decorre da fala e tudo o que possa ser apontado como específico da escrita não releva da esfera do linguístico. Se a escrita é subproduto da fala, nada há a dizer sobre a escrita que se não possa ou se não deva dizer em primeiro lugar sobre a fala.

Este é, efectivamente, um beco sem saída conceptual e epistemológico que impede a compreensão 1) da aquisição da escrita na sua especificidade cognitiva, 2) das características estruturais, sistémicas e comunicacionais próprias de um qualquer sistema de escrita, e 3) da relação complexa que existe entre escrituralidade e oralidade.

Algumas consequências práticas deste *cul-de-sac* são o não entendimento adequado 1) do surgimento das *scriptae* românicas autónomas na Idade Média (a partir da escrita romana da Antiguidade Tardia), 2) do estatuto da variação scriptolinguística em comunidades linguísticas e textuais desprovidas de um grafolecto standardizado e codificado (como foi Portugal até ao século XVIII), 3) da relação entre unidades do plano escritural (grafemas) e unidades do plano

expressivo (fonemas, morfemas ou lexemas), 4) do problema do erro ortográfico em ambiente de escrita normalizada e codificada, 5) do real impacto de uma qualquer reforma ortográfica na comunidade e nos escreventes individuais, 6) da estrutura própria e desenvolvimento histórico diferenciado da língua escrita face à língua oral em qualquer comunidade.

Antropologicamente, a literacia é um saber local (associado a determinadas práticas e *settings* comunitários) que se insere sempre num contexto social e cultural e que tem uma história, i.e., uma dimensão tradicional. Não há, nestes termos, um conceito universal de literacia, o que significa que é sempre problemática a comparação entre práticas localizadas de literacia, como é inconsequente a avaliação/análise de uma prática local à luz dos padrões de literacia vigentes noutra comunidade ou noutro tempo. Esta questão assume particular relevância para o estudo dos textos medievais latino-portugueses e antigo-portugueses, área em que tenho desenvolvido algum trabalho.

A aquisição da literacia altera de forma permanente e vinculada a inscrição dos falantes na comunidade e no mundo e acarreta uma mudança radical na estrutura das comunidades, nas relações sociais (presenciais ou diferidas) e no próprio mundo.

O ‘mundo em papel’ não é menos substancial ou ‘real’ do que o mundo natural: é um plano ontológico que condiciona a percepção e até a estruturação do mundo natural. De facto, sem literacia não há Estado, não há Direito, não há Civilização, não há Nação, não há Filosofia, não há Ciência, não há tecnologia industrial e não há memória social e cultural de longo prazo. Não há Humanidade como a entendemos hoje.

Sem escrita, o mundo que habitamos seria infinitamente mais pequeno, pois a troca de informação reduzir-se-ia à esfera das relações interpessoais presenciais. Sem escrita não haveria religiões do Livro nem haveria discurso científico e filosófico. Assim, reconhecer o primado da escrita é essencial para entendermos o mundo que

habitamos, que, para lá da realidade física e tri-dimensional em que nos movemos, é um mundo feito de letras, papel e *bytes*.

Ora, a ortografia fornece um sistema normalizado de codificação da memória externa da comunidade linguística: a sua estabilidade é um factor importante de coesão social e cultural, pelo que é “natural” (no sentido de expectável) que, em sociedades que atinjam um determinado grau de complexidade, surjam ortografias e normas linguísticas cultas que tendem a ser estáveis, para não dizer rígidas.

É nesse sentido que se pode com propriedade dizer que uma reforma ortográfica de grande impacto pode acarretar “lesões” para uma língua standardizada, sobretudo por duas razões: 1) porque a ortografia é parte integrante da língua (escrita), 2) porque uma alteração profunda da ortografia introduz descontinuidade cultural e instabilidade no sistema educativo. As lesões serão tanto mais profundas quanto maior for o grau de alfabetização e textualização da comunidade. Numa sociedade urbanizada e industrializada como a portuguesa, com um lastro gigantesco de produção textual e documental e com presença da escrita em todas as esferas da vida quotidiana dos cidadãos (como sucede em qualquer sociedade ocidental avançada), uma reforma ortográfica de grande impacto é inelutavelmente um “terramoto” cultural, social e educacional, independentemente das características intrínsecas da reforma.

* * *

A língua não é primeiro oralidade, e só depois escrituralidade, como defende a “premissa representacional”, chamemos-lhe assim, do paradigma aristotélico. Escrituralidade e oralidade são, na realidade, *media* autónomos de manifestação do saber linguístico.

Mais. Numa sociedade como a nossa, com omnipresença da escrita — vivemos rodeados de letras e de texto, nos espaços públicos e privados, nos objectos mais insignificantes que usamos ou possuímos, na roupa que vestimos, nos contratos que celebramos, no dinheiro que gastamos, etc. — a escrituralidade influencia, condiciona e pre-

cede a oralidade. Quando fomos para a escola aprender a “língua materna” não fomos reaprender algo que já trazíamos de casa (a nossa língua funcional), fomos aprender uma realidade linguística nova, a realidade do grafolecto e da norma padrão ou norma culta, a qual é elemento identitário cultural e nacional da maior importância.

Historicamente, um grafolecto resulta da transmutação, através da escrita, de uma variedade linguística regional, por razões de ordem política e social: um dialecto transmutado em grafolecto adquire o estatuto de língua trans- e supradialectal, com poder e impacto comunicacionais de ordem substantivamente distinta dos dialectos não desenvolvidos funcionalmente. Com a disseminação em massa de textos, proporcionada pelo advento da imprensa, os grafolectos impressos do Ocidente tornaram-se variedades linguísticas de natureza profundamente distinta das variedades que não ultrapassaram o nível da oralidade ou mesmo da escrita quirográfica. São fenómenos linguísticos sem paralelo na história multimilenar da comunicação linguística escrita.

Sincronicamente, é o grafolecto que permite a existência e subsistência de uma sociedade como a nossa. A nossa dependência, completa e quotidiana, de textos e de actos de escrita, traduz-se na impossibilidade de factos simples, como transacções financeiras, actos jurídicos e políticos, actos médicos, aquisição de informação, bens, medicamentos e serviços, produção de prova sobre toda a sorte de coisas (desde a nossa identidade até a um mero aviso de recepção de uma carta ou recibo de despesa), etc., sem recurso à língua escrita normalizada em vigor. Se nada disto é possível nos nossos dias e no nosso mundo sem língua escrita, sem ortografia — garante incontornável da estabilidade do grafolecto e do acervo comunitário de informação que o mesmo codifica — não há continuidade cultural intergeracional estável. Uma mudança ortográfica ou a substituição de uma ortografia implicam sempre um sobressalto ou interrupção no *continuum* geracional. Nada de semelhante se pode apontar à diversidade linguística que se manifesta na fala ou pela fala de indivíduos provenientes de regiões ou estratos sociais distintos.

4 – Falando da ortografia portuguesa

Falar da ortografia portuguesa, um bem que levou 700 anos a estabilizar-se, como se fosse coisa pouca (a estabilização da nossa fronteira política continental levou cerca de 100 anos), e falar de uma mudança ortográfica como uma simples alteração cosmética do sistema linguístico padronizado de uma nação multissecular dotada de um património literário e textual imenso, é simplesmente não se saber do que se está a falar.

Um excelente exemplo de incompreensão aplicada vem-nos da boca de Carlos Reis (autor e co-autor de diversos documentos “estratégicos” para a “promoção” da língua portuguesa) em entrevista de imprensa recente. É um exemplo que se justifica aqui comentar, não apenas porque o epíteto de “filólogo” é frequentemente associado a Reis, ou porque Reis se tem pronunciado publicamente sobre determinadas características que vê como negativas da “pronúncia” lisboeta, ou mesmo porque Reis é um dos principais defensores e promotores do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*; o exemplo em apreço é relevante porque reflecte uma perspectiva “pré-copernicana” sobre a língua escrita defendida por alguém que é, supostamente, um especialista.⁴

Na senda de comentários publicados noutras ocasiões e noutros lugares, Reis vituperou algumas características do português europeu em entrevista que deu ao semanário *Expresso*:

Há aspectos do português do Brasil em que leva vantagem sobre nós. Um deles é a articulação: um filme português passado no Brasil precisa de ser legendado e um brasileiro em Portugal não. Tão simples como isto. Porque os portugueses tendem a obscurecer a língua do ponto de vista articulatório, fonológico, de pronúncia. Engolem as palavras [sic]. O português do Brasil valoriza mais as vogais, os fonemas vocálicos, o que é uma vantagem para o bom entendimento. Temos de fazer um esforço de recuperar coisas que se

⁴ Carlos Reis, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e actualmente Reitor da Universidade Aberta, é um ilustre especialista em literatura portuguesa, nomeadamente, Eça de Queiroz.

perderam e isso só pode ser feito na escola, lendo expressivamente, obrigando a pronunciar bem as palavras todas. Mas a importância do Brasil neste cenário é evidente desde algum tempo.

(Carlos Reis, entrevista *Expresso*, 5/7/2008; o 'sic' é meu)

Deixando de lado a terminologia e formulação muito deficientes, o que importa notar é que Reis propõe o raciocínio seguinte:

1) o português europeu tem um *deficit* de vogais;

2) o português veracruziano é melhor do que o de Portugal porque tem mais vogais;

ergo,

3) deve-se restaurar as vogais perdidas do português europeu forçando as crianças portuguesas a ler "expressivamente", ou seja, a soletrar, para se melhorar a língua em Portugal.

O que tem isto a ver com ortografia ou com língua escrita? É simples.

O nosso sistema ortográfico assenta em convenções grafonémicas que se fixaram a partir do século XIII. Desde o século XIII, época da emergência do 'portuguez lingua escripta' (expressão feliz do grande Adolpho Coelho, fundador da linguística portuguesa), mudanças portentosas afectaram a fonologia da língua. No entanto, a escrita, conservadora por natureza e por necessidade, não registou praticamente nada do que aconteceu desde essa época remota. Ora, precisamente dois dos fenómenos mais marcantes da fonologia do português europeu, e que a ortografia não assinala, são 1) o processo de elevação e recuo do vocalismo átono (através do qual as vogais das sílabas inacentuadas perdem abertura e duração) e 2) o processo subsequente de supressão das vogais átonas não-avançadas altas [i] e [u] (o qual resulta na supressão de sílabas, com conseqüente redução do corpo das palavras e alteração profunda do ritmo da língua). O início do chamado 'processo do vocalismo átono' é antigo, pois afectou de

forma semelhante as vogais finais do português europeu e do português veracruziano. Na realidade, pode-se fazer remontar o processo a época muito anterior à fundação da Nacionalidade, dado que as sete vogais do latim vulgar tardio ([i], [e], [ɛ], [a], [u], [o], [ɔ]) se reduziram, como se sabe, em posição átona não final a cinco ([i], [e], [a], [u], [o]) e em posição final a três ([e], [a], [o]). Enquanto as variedades veracruzianas confinaram o fechamento extremo às vogais finais, conservando em posição pretónica e postónica não final o vocalismo do latim vulgar (não se diferenciando neste respeito do galego e do castelhano), o português europeu, na sua deriva própria, estendeu o fechamento (elevação) a todas as vogais de sílabas inacentuadas.

No português cis- e transatlântico, as vogais finais de *bata*, *bate* e *batô* são mais fechadas do que as vogais tónicas de *bata*, *berço*, *bela*, *bolo* e *bola*, grafadas com as mesmas letras A, E e O.⁵ No entanto, o português europeu e o veracruziano têm vogais muito distintas nas sílabas átonas iniciais de *falar*, *levar* e *tomar*. O facto de não ter havido necessidade de ajustar a ortografia europeia à redução das vogais átonas, mantendo-se as mesmas formas ortográficas dos dois lados do Oceano — apesar de corresponderem a formas fonéticas divergentes — mostra bem a inexistência de um “princípio fonético” na ortografia portuguesa.

O que Carlos Reis propôs no seu depoimento não é mais do que uma regressão fonológica que apagaria quatrocentos ou quinhentos anos de mudança linguística do português europeu. Ora, como sabemos, não há línguas mais evoluídas nem línguas mais primitivas, línguas mais simples ou línguas mais complexas, línguas intrinsecamente melhores ou piores. Não há mudanças linguísticas más nem boas, como não há sistemas vocálicos bons, maus, vantajosos ou desvantajosos. Todas as línguas mudam a cada momento e de forma sistémica: não evoluem nem involuem, e não melhoram nem pioram. “Reabrir” as vogais fechadas do português, admitindo que tal seria possível e

⁵ Na pronúncia coloquial europeia (lisboeta, sobretudo) as formas *bate* e *batô* são produzidas com vogais finais surdas ([ˈbatʃ], [ˈbatʃ]) ou com supressão das mesmas ([ˈbat], [ˈbat]).

vantajoso, implicaria obrigar os falantes europeus a usar um sistema fonológico arcaico que lhes seria totalmente estranho.

A proposta absurda de Reis ilustra, apesar de tudo, o facto de a imagem gráfica das palavras estar “gravada a ferro e fogo” na mente e condicionar a percepção da língua falada, mesmo por um “especialista”.

Dito de outra forma, a aquisição da literacia envolve, entre outras coisas, a construção de representações grafémicas mentais, as quais, por estarem associadas às representações lexicais e fonémicas mentais, impedem o sujeito linguístico não treinado de estabelecer com sucesso a distinção explícita entre o escrito e o oral. É o que sucede com o falante Reis. De facto, não é por se ter, em português, palavras numerosas grafadas com -A, -E e -O finais que se justifica que se altere o modo de prolação das vogais átonas finais. A língua oral e a ortografia têm ritmos distintos de mudança, porque são códigos de distinta natureza e carácter, o que resulta numa relação complexa entre escrituralidade e oralidade, a qual não é facilmente acessível por introspecção ou sem treino metalinguístico.

5 – Relação entre unidades gráficas e fonéticas

As imagens ortográficas das palavras (representações grafémicas) são *in primis* representações mentais “impressas” na mente dos falantes alfabetizados a partir dos estádios iniciais de aquisição da literacia. Assim, dada a natureza grafofonémica de uma ortografia de base alfabética, é fácil ter-se a ilusão de que a escrita representa os “sons da fala”.

Para se entender adequadamente uma ortografia de base alfabética é necessário distinguir alguns conceitos e níveis de análise. Em primeiro lugar, importa distinguir o plano gráfico do *plano grafémico*.⁶

⁶ Para uma discussão detalhada e ilustrada destes termos e conceitos e dos que se seguem nesta secção v. Emiliano (2009), esp. Capítulo 1.

Em termos graféticos, a escrita é um conjunto de caracteres, um *alfabeto*. Nesta perspectiva não é necessário considerar a relação que os caracteres têm com as unidades fónicas de um sistema linguístico particular. É possível analisar e descrever um conjunto de caracteres sem referência a uma língua ou a uma ortografia particular. Um *carácter* é um símbolo gráfico de escrita considerado abstractamente, independentemente de uma manifestação gráfica concreta: é uma *forma ideal* sem propriedades concretas para além das que a definem como absolutamente distinta de todas as outras entidades do mesmo tipo. Um carácter pode ter uma multiplicidade de manifestações, *i.e.* de *glifos*. Um glifo é um modelo específico ou pauta para a materialização de um carácter num suporte de escrita; é uma entidade abstracta que contém informação precisa sobre características da realização gráfica. Uma *letra* do alfabeto português é uma *classe de caracteres*: a letra A, por exemplo, é o conjunto dos caracteres ‘A maiúsculo ou versal’, ‘A versalete’, ‘A minúsculo’ e ‘A sobrescrito’. A materialização da escrita num suporte por um escrevente ocorre no plano da *implementação gráfica* (ou grafética). Corresponde a eventos espaço-temporalmente localizados, logo, únicos e irrepitíveis, em que os glifos são materializados por grafos: como se vê, a distância conceptual entre ‘letra’ e ‘grafo’ é considerável, e a indistinção entre estes e outros conceitos acima referidos é fonte de alguns equívocos a respeito da estrutura, uso e funcionamento de uma ortografia (ou de uma *scripta*, no contexto da escrituralidade medieval).

O plano grafémico da escrita (objecto da Grafemática) exige, por seu lado, a consideração da relação entre unidades de escrita e unidades linguísticas, ou seja, é um plano de análise (cripto)linguística: se a afirmação ‘A maiúsculo é um carácter do alfabeto romano tipográfico moderno’ é verdadeira, a afirmação ‘A é um grafema’ só adquire conteúdo de verdade ou falsidade em relação a um determinado sistema linguístico. Por outras palavras, uma proposição como ‘X é um grafema’ é desprovida de sentido, é irracional. ‘Grafema’, tal como ‘fonema’, é um conceito relacional, pelo que as unidades de tipo “-émico” só se podem definir e caracterizar em função de, ou em contraste com, outras unidades do mesmo tipo. Os grafemas são as

unidades mínimas de um sistema de escrita⁷ e podem ser constituídos por um ou mais caracteres. Tal como um fonema se pode realizar através de fones distintos (alofones) de acordo com o contexto fonológico, também um grafema se pode manifestar em *grafias* ou *grafos* distintos (alógrafos), embora os factores que condicionam a alografia sejam distintos dos factores de alofonia. Na realidade, há *dois tipos de alografia*: tipo 1) um grafema pode apresentar alógrafos constituídos por caracteres distintos (*alografia profunda*), como é o caso das maiúsculas e minúsculas; tipo 2) os alógrafos são manifestações do mesmo carácter, i.e., são apenas glifos graficamente similares, permutáveis ou dependentes de contexto (*alografia superficial*), como sucedia na escrita medieval e sucede ainda hoje em alguns usos quirográficos particulares. Este último tipo de alografia é formalmente semelhante à alofonia da língua falada.

* * *

Uma ortografia é um sistema de escrita normalizado e codificado explicitamente: legiferado ou não, é necessariamente um sistema rígido imposto, perante o qual os escreventes não têm possibilidade de escolha. A ortografia assenta nos conceitos de norma, correcção e erro, e exclui liminarmente a possibilidade de usos gráficos particulares ou regionais. No âmbito de uma ortografia, um desvio (uma forma heterográfica), é sempre um erro.⁸

Que relação existe entre língua escrita e língua oral no âmbito de uma ortografia de base alfabética? É uma questão complexa, ou melhor, é uma questão simples que envolve resposta(s) complexa(s). Não há ainda consenso, apesar da abundante investigação, muita

⁷ «Entende-se [...] por sistema de escrita o conjunto de elementos gráficos que, associado a regras de concatenação dos mesmos e a regras de mapeamento entre aqueles e determinados elementos linguísticos (fonemas, sequências de fonemas, sílabas, morfemas, lexemas, prosodemas, etc.), permite a representação de um sistema linguístico num suporte de escrita e, logo, a comunicação linguística escrita.» (Emiliano 2009: 69)

⁸ Em Portugal, só a partir de finais do século XVIII se pode falar do surgimento de uma ortografia: a constituição de uma ortografia, processo associado à codificação de uma norma padrão, é normalmente um processo de longa duração (exceptuam-se os casos de ortografias criadas nos séculos XIX–XX por planificação linguística explícita).

produzida por portugueses (em Portugal e alhures), sobre o modelo mais adequado das relações complexas entre escrituralidade e oralidade na mente. Vários modelos têm sido propostos e todos se caracterizam por uma arquitectura modular complexa: muitas discrepâncias resultam do número de módulos postulados e do tipo de ligação entre os mesmos.

Questões fulcrais da investigação actual sobre literacia, e para a quais existe uma quantidade apreciável de respostas (ou seja, modelos), são, por exemplo, como se faz o acesso lexical? Há um *interface* fonológico ou não há qualquer processamento fonológico de uma forma escrita por parte de um leitor fluente? Como se caracteriza exactamente a consciência fonológica de crianças pré-alfabetizadas e de adultos analfabetos? Como evolui essa consciência com a aprendizagem da escrita? Que unidades linguísticas são relevantes para caracterizar a consciência fonológica dos aprendentes? Segmentos, sílabas, rimas silábicas, terminações lexicais, agrupamentos fonotácticos? Etc.

O que é hoje consensual é que — dando como adquirido que a escrita alfabética assenta numa relação entre unidades de escrita (grafemas, que não é o mesmo que ‘letras’) e unidades fonológicas (fonemas, que não é o mesmo que ‘sons’), as quais se manifestam através dos segmentos fonéticos (fones) — nenhuma ortografia de base alfabética foi, é ou será um sistema de transcrição fonética. Por exemplo, a ortografia portuguesa, mesmo depois da grande reforma ortográfica de 1911 e dos ajustamentos de 1945/1973, não reflecte explicitamente (com duas notáveis excepções⁹), nenhuma das grandes mudanças fonético-fonológicas dos últimos doze ou treze séculos de história da língua (!).

A ortografia é, portanto, algo de radicalmente distinto da transcrição fonética: não representa, nem pode representar, o nível da prola-

⁹ 1) desaparecimento, provavelmente no século XV, de hiatos vocálicos (em formas como ‘veer’, ‘teer’, ‘caaveira’, ‘coor’); 2) surgimento de ditongos nasais, provavelmente também no século XV, aos quais correspondem (na grafia de algumas palavras) os dígrafos ãE, ãO e ãE.

ção dos enunciados, pois não assenta numa relação biunívoca entre unidades da escrita e unidades fonéticas, ao contrário do que sucede num protocolo de transcrição fonética. A relação entre unidades de escrita e unidades fónicas no âmbito de um sistema de escrita alfabético estabelece-se num nível mais abstracto que o fonético, que é o nível fonémico ou fonológico. A relação entre unidades gráficas e unidades do plano expressivo é, numa escrita alfabética, uma relação entre grafemas e fonemas, e até, nalguns casos, morfemas (unidades mínimas de estrutura interna das palavras). Essa relação permite economia nas unidades mínimas de um sistema ortográfico, pois a correspondência entre grafemas e fones pode ser deduzida do contexto grafémico.

Mas é necessário considerar também a natureza conservadora da ortografia, através da qual se mantém intacta, em alguns casos, a representação grafémica de distinções fonémicas que já desapareceram da língua oral. As ortografias têm história — mudam, tal como os sistemas fonológicos — mas a forma como mudam e o ritmo em que mudam não acompanha necessariamente a “evolução” do sistema fonológico: o desaparecimento de determinado fonema ou de determinada oposição fonémica não acarreta simplificação concomitante e imediata da ortografia, por razões fáceis de entender.

A língua escrita é algo de externo aos falantes, pressupõe o uso de uma tecnologia — a escrita — e não apenas de capacidades neurofisiológicas como a produção da fala. As representações grafémicas e as regras de correspondência grafofonémica são, também, categorias mentais, ou melhor, representações mentais (como as representações fonémicas e fonéticas da língua). Manifestam-se, no entanto, num suporte físico exterior ao falante; esse suporte, ao contrário do que sucede na língua oral, assegura a permanência dos actos de língua escrita para lá do momento em que são produzidos. A escrita fixa intemporal e externamente a comunicação linguística, permitindo o registo e transmissão de actos discursivos e de enunciados através do *continuum* intergeracional. A preservação estável do acervo textual da comunidade ao longo do tempo requer, portanto, estabilidade ortográfica, logo, conservadorismo grafémico.

6 – Conclusão

O primado da escrita é condição *sine qua non* para se entender o papel e o estatuto da língua escrita em sociedades avançadas como a nossa. A desvalorização de mudanças na língua escrita através, por exemplo, de intervenção de Estado na ortografia, só pode resultar na desvalorização de um pilar da nossa sociedade. Quando se usa expressões como ‘a língua de Camões’, ‘a nossa magna lingua portuguesa’ (Fernando Pessoa), ‘história da língua portuguesa’, ‘ensino do português língua materna’, etc., está-se a apontar o grafolecto português europeu. Ninguém vai para escola para aprender a falar (seja dialecto regional ou língua nacional supra-regional) mas para aprender a ler, escrever e a discorrer metalinguisticamente (através do ensino da Gramática). Sem ortografia estável não há grafolecto estável. Sem grafolecto não há sociedade portuguesa viável. O mundo, tal como o conhecemos hoje, não é possível sem escrita. Reconheça-se o seu primado e celebre-se a maior e mais portentosa criação do génio humano.

Este artigo é respeitosamente dedicado a Maria da Graça Castro Pinto, vulto da Linguística Portuguesa e da Psicolinguística, como penhor de profunda admiração pessoal e intelectual. Que a sua leitura lhe seja leve.

REFERÊNCIAS

- Donald, M. 1993. *Origins of the Modern Mind: Three Stages in the Evolution of Culture and Cognition*. Cambridge MA: Harvard University Press.
- Emiliano, A. 2009. *Fonética do Português Europeu: Descrição e Transcrição*. Lisboa: Guimarães Editores (Guimarães Universitária, 1).
- Goswami, U; Bryant, P. 1990. *Phonological Skills and learning to Read*. Hove/New York: Psychology Press.
- Laver, J. 1994. *Principles of Phonetics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Olson, D. 1994. *The World on Paper*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ong, W. 1982. *Orality and Literacy: The Technologizing of the Word*. London/New York: Routledge.

